

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

GILSON DIVINO ARAÚJO DA SILVA

**A PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS NÃO
ALCANÇADOS PELA SENTENÇA DOS APENADOS DA CASA DE
DETERMINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2015**

GILSON DIVINO ARAÚJO DA SILVA

**A PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS NÃO
ALCANÇADOS PELA SENTENÇA DOS APENADOS DA CASA DE
DETENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da
Fundação Universidade Federal de Rondônia –
UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves
Quiles – Cacoal, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada
sob a orientação da professora M.^a Ozana Rodrigues
Boritz.

**CACOAL – RO
2015**

A PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS NÃO ALCANÇADOS PELA SENTENÇA DOS APENADOS DA CASA DE DETENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO

GILSON DIVINO ARAÚJO DA SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professora M.^a Ozana Rodrigues Boritza - UNIR - Presidente

Professora (a) M.e - UNIR – Daeane Zulian Dorst

Professora (a) M.e - UNIR - Afonso Maria. das Chagas

Conceito: _____

Cacoal, 03 de julho de 2015.

Dedico este trabalho a minhas filhas Jordanna Bruna Gonçalves e Sophia Lara Gonçalves Ribeiro, minha esposa Bethania Gonçalves da Silva, aos meus pais, Doralice Araújo de Azevedo e Valderi Ribeiro da Silva, pelo carinho e apoio nestes cinco anos de caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças para superar os momentos mais duros e por permitir que atingisse meus objetivos.

A minha amada esposa Bethania pelo carinho e paciência que teve comigo em mais esta jornada de minha vida e pelas palavras de incentivo quando as coisas pareciam difíceis de serem superadas.

As minhas amadas filhas Jordanna Bruna e Sophia Lara que, mesmo sem ter consciência disto, me motiva e me faz querer chegar mais longe superando qualquer obstáculo.

Aos meus pais Doralice e Valderi, que não tiveram oportunidade de estudar, mas mesmo assim me ensinaram o que sabiam e acreditaram no meu potencial, permitindo que eu galgasse patamares mais elevados no mundo do conhecimento.

As minhas orientadoras, Professoras M.^a Ozana Rodrigues Boritza e M.^a Daeane, pela paciência e disponibilidade em transmitir seus conhecimentos.

Aos demais Professores do Departamento do Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia pelos conhecimentos transmitidos ao longo do período de graduação.

Aos demais familiares e amigos que acreditaram na minha capacidade sempre me incentivando e apoiando.

“A família é a fonte da prosperidade e da desgraça dos povos”.

(Martinho Lutero)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo avaliar e compreender a previsão constitucional, a legislação penal, processual e doutrinária no que tange a preservação dos direitos fundamentais do apenado na Casa de Detenção do município de Cacoal, Estado de Rondônia. Para isso, considerando-se a fundamental importância que tem o Direito Penal e a Lei de Execução Penal incluso do ordenamento jurídico, entrever observar os institutos que tratam da eficácia e garantia constitucional dos direitos do apenado, ou seja, a Lei de execução penal garante que o apenado deve cumprir sua pena de acordo com o princípio da proporcionalidade. Para a pesquisa monográfica foi adotado o método de pesquisa dialética, tendo apoio nos procedimentos de abordagem histórico, estatístico com fundamentação de estudo bibliográfico, documento de registro de atas, livros, documentos eletrônicos e entrevistas. Foi realizado estudo sobre evolução histórica dos presídios através da análise com bases em doutrinas sobre o tema específico. Tratou-se das transformações da ideia de presídio bem como sua finalidade ao longo do tempo. Também buscou-se de realizar estudos com questionários pré-definido em entrevista ao presídio do Município de Cacoal, Estado de Rondônia. Para finalizar, foram comparadas e adequadas os dados coletados na pesquisa, comparadas com as pesquisas bibliográficas identificando os apontamentos da eficácia da Legislação Penal, Constituição Federal e na Lei de Execução Penal sobre os direitos do apenado e os benefícios que trazem para sociedade.

Palavras-chave: Direito Penal. Eficácia. Conduta. Sentença. Constituição.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to understand the constitutional provision, the criminal law, procedural and doctrinal regarding the preservation of fundamental rights of the Detention house in the city of Cacoal , State of Rondônia. To do so, considering the fundamental importance of the Criminal Law and the Criminal Law Enforcement included the legal system, glimpse observe the institutes dealing with the effectiveness and constitutional guarantee of the right of the convict, that is, the criminal enforcement Law guarantees the convict must serve his sentence in accordance with the principle of proportionality. For monographic survey was adopted the dialectical research method, and support the historical approach procedures , with statistical bibliographic study of reasoning, minutes of registration documents , books, electronic documents and interviews. A study was conducted on historical evolution of prisons through the analysis with bases in doctrines on the specific subject. It was the idea of prison transformations and your purpose over time. Also sought for conducting studies with predefined questionnaires in an interview to the prison in the city of Cacoal, State of Rondônia. Finally, we compared and appropriate data collected in the survey, compared with literature searches identifying notes the effectiveness of the Criminal Law, the Constitution and the Penal Execution Law on the rights of the convict and the benefits they bring to society.

Keywords: Criminal Law . Effectiveness. Conduct. Sentence. Constitution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 DA ORIGEM DAS PENAS	11
1.1 A VINGANÇA PRIVADA.....	16
1.2 A VINGANÇA DIVINA.....	18
1.3 A VINGANÇA PÚBLICA.....	18
1.4 O PERÍODO HUMANITÁRIO	19
1.5 O PERÍODO CRIMINOLÓGICO.....	21
2 O SISTEMA PRISIONAL	23
2.1 O SISTEMA PRISIONAL E A SOCIEDADE	24
2.2 O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	26
2.3 O SISTEMA PRISIONAL E AS GARANTIAS DO APENADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	29
2.4 O SISTEMA PRISIONAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL	32
2.4.1 Pesquisa de Campo	33
3 A EXECUÇÃO PENAL	41
3.1 A LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	41
3.2 OS DIREITOS E DEVERES DO SENTENCIADO DURANTE O CUMPRIMENTO DA PENA.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

A presente monografia tratará da preservação dos direitos dos apenados da Casa de Detenção do município de Cacoal-RO, que não foram alcançados pela sentença.

Outros pontos a serem observados pelo presente estudo, serão a aplicação da Lei de Execução Penal sob o ponto de vista sócioeducacional, a preservação dos direitos humanos e a participação do Ministério Público na garantia Constitucional dos direitos da pessoa humana.

Foi adotado o método dialético de pesquisa científica que sucinta a ideia de um método de diálogo, cujo foco, é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias, as quais têm sido o tema central da filosofia antiga e contemporânea.

Teve-se apoio nos procedimentos da técnica de pesquisa bibliográfica por meio de referenciais teóricos publicados e da abordagem qualitativa e estatística, com base na análise de dados coletados e na fundamentação no ordenamento jurídico e disposições legais vigentes.

No primeiro capítulo será tratada a origem das penas, passando pelas fases da vingança privada, da divina e da pública, as quais foram marcadas por profundo sentimento religioso e espiritual.

Ainda neste capítulo foram observados os períodos humanitário onde se busca uma forma racional para a aplicação da pena e as lacunas existentes no sistema penal da época e o criminológico que tem como principal precursor Turim César Lombroso, o qual afirma que a pena tem função social e a causa do delito está relacionada a fatores antropológico e morfológico.

No segundo capítulo será estudado o sistema prisional numa abordagem desde o período da Idade Média, confrontando-a com o desenvolvimento social.

Ainda será destacado todo o caminho histórico da pena até à condição atual que é a privativa de liberdade.

Na parte inicial deste capítulo será tratada a relação entre o sistema penal e a sociedade que seleciona os indivíduos a serem criminalizados, na maioria os de baixo poder econômico, tornando-se, vítima dela própria.

Na segunda parte o estudo recairá sobre a evolução histórica do sistema prisional brasileiro, destacando as principais penas instituídas pelo ordenamento jurídico nacional, a atualização da legislação específica e a sua organização estrutural.

Na parte final do segundo capítulo foi abordado o sistema prisional do município de Cacoal-RO, demonstrando a estrutura física, o funcionamento da unidade, os regimes de cumprimento e o atendimento das disposições da Carta Magna e da Lei de Execução Penal brasileira.

Ainda neste capítulo foram coletados os dados através da pesquisa de campo e documental, junto à direção da Casa de Detenção do município, a respeito da preservação dos direitos dos presos que não foram alcançados pela condenação penal.

No início do terceiro capítulo com o objetivo de embasar o propósito deste trabalho científico procura-se definir o que é execução penal, bem como, estabelecer os objetivos no cumprimento da pena.

Nesse interim, será elaborado um estudo sobre a Lei de Execução Penal, 7.210 de julho de 1984, procurando mostrar a (in) eficácia e o tratamento dispensado ao indivíduo no cumprimento da pena. Na segunda parte deste capítulo serão demonstrados os direitos e deveres do sentenciado no decorrer da execução.

E, por fim, serão apresentadas as considerações finais sobre o estudo científico que tem como finalidade demonstrar a preservação dos direitos constitucionais que não foram alcançados pela sentença, dos apenados que cumprem pena na Casa de Detenção do município de Cacoal-RO, direitos previstos na Constituição Federal de 1988 e da Lei de Execução Penal, os quais são o objetivo deste trabalho de conclusão de curso e poderão servir de referência a futuros estudos acadêmica sobre o tema.

1 DA ORIGEM DAS PENAS

Para se entender a origem da pena se faz necessário fazer uma digressão na história do Direito Penal, o qual se fundamenta na análise do direito repressivo dos períodos da civilização. A importância do conhecimento histórico desse ramo do Direito facilita a exegese, que necessita ser contextualizada, já que a definição que o Direito Penal assume, em determinado momento, somente é bem entendido quando aliado aos seus antecedentes históricos.

A doutrina majoritária entende que o há uma tríplice divisão na evolução da vingança penal, que é representada pela vingança privada, vingança divina e vingança pública, as quais foram marcadas por profundo sentimento religioso/espiritual.

Segundo Bittencourt (2012, p. 28) nas sociedades primitivas, os fenômenos naturais maléficos eram tidos como manifestações divinas, denominadas “totem”, revoltadas com a prática de atos que exigiam reparação. Esta fase, denominada de fase da vingança divina, resultou em virtude da grande influência que a religião exercia na vida das sociedades na antiguidade.

Explica Bittencourt (2012, p. 29) que a desobediência, ao Estado na antiguidade, ou transgressão nas sociedades dos totens, leva ao grupo a castigar a pessoa que infringiu a entidade. A punição aplicável incidia no sacrifício da vida do infrator. De fato, a sanção em sua origem remota concebe o simples rebate à violência suportada pelo agrupamento, absolutamente desproporcional, sem nenhuma apreensão com qualquer substância de Justiça.

O princípio da desagravação ou repressão é a satisfação da divindade, ofendida pelo crime, punindo-se com rigor e notória crueldade, pois o castigo deve estar em relação com a grandeza do deus ofendido. O castigo era aplicado, por delegação divina, pelos sacerdotes, com penas cruéis, desumanas e degradantes, cuja finalidade maior era a intimidação.

Bittencourt (2012, p. 30) que essa concepção de sentido místico no Direito Penal ocorreu desde suas origens mais remotas, quando se concebia a repressão ou castigo do infrator como uma satisfação às divindades pela ofensa ocorrida no grupo social. Havendo então, um direito penal religioso, teocrático e sacerdotal, que possui a finalidade de purificação da alma do criminoso por meio do castigo.

Pode-se destacar como legislação típica dessa fase o Código de Manu, embora legislações com essas características tenham sido aceitas no Egito (Cinco Livros), na China (Livro das Cinco Penas), na Pérsia (Avesta), em Israel (Pentateuco) e na Babilônia (BITTENCOURT, 2012). Esse era, enfim, o espírito influente nas leis dos povos do Oriente antigo, da Babilônia, da China, da Índia, de Israel, do Egito, da Pérsia etc., entre outros.

Evoluiu-se, em seguida, para a vingança privada, que poderia ser desde o indivíduo isoladamente até a comunidade, com desastrosos combates, acarretando, muitas vezes, o total banimento de grupos. Quando a infração fosse cometida por membro do próprio grupo, a punição era o banimento (perda da paz), abandonar à favor de distintos grupos, que inevitável o induziriam à destruição. Assim como, a infração equivaler a atentada por alguém estranho ao grupo, a punição era a “vingança de sangue”, verdadeira guerra coletiva.

Com o desenvolvimento social, para evitar a destruição das tribos, surge a lei de talião, a qual tinha como fundamento uma reação equivalente ao crime cometido, o seu lema era “olho por olho, dente por dente”. Tal lei foi o maior exemplo de tratamento igualitário entre infrator e vítima, podendo ser vista como a primeira tentativa de humanização da sanção criminal, pena era de acordo com a origem social do indivíduo. A lei de talião foi adotada no Código de Hamurabi (Babilônia), no Êxodo (hebreus) e na Lei das XII Tábuas (romanos), conforme se depreende:

20º - Se o escravo foge àquele que o apreendeu, este deve jurar em nome de Deus ao dono do escravo e ir livre. 21º - Se alguém faz um buraco em uma casa, deverá diante daquele buraco ser morto e sepultado. 22º - Se alguém comete roubo e é preso, ele é morto. 23º - Se p salteador não é preso, o roubado deverá diante de Deus reclamar tudo que lhe foi roubado; então a aldeia e o governador, em cuja terra e circunscrição o roubo teve lugar, devem indenizar-lhe os bens roubados por quanto foi perdido. 24º - Se eram pessoas, a aldeia e o governador deverão pagar uma mina aos parentes. 25º - Se na casa de alguém aparecer um incêndio e aquele que vem apagar, lança os olhos sobre a propriedade do dono da casa, e toma a propriedade do dono da casa, ele deverá ser lançado no mesmo fogo (CARLETI, 1986, p. 161).

Entretanto, com o advir do período houve aumento gradativo de transgressores, e as populações iam ficando alterado devido o prejuízo de membro, logo que o Direito talional propiciava.

De acordo com historiador Luiz Marques (2009) os artigos do Código de Hamurabi descreviam casos que serviam como modelos a serem aplicados em

questões semelhantes para a “solução das disputas” entre os grupos. Para limitar as penas, o Código anotou o princípio de Talião, sinônimo de retaliação. Por esse princípio, a pena por esse princípio, a pena não seria uma vingança desmedida, mas proporcional à ofensa incumbida pelo criminoso. E sendo assim "*olho por olho, dente por dente*".

De forma, que o sistema evoluiu para a composição, no sentido do infrator ter a faculdade de comprar sua liberdade, livrando-se do castigo. A composição, que foi largamente aceita, na sua época, constitui um dos antecedentes da moderna reparação do Direito Civil e das penas pecuniárias do Direito Penal.

Mas, com a melhor organização social, o Estado afastou a vingança privada, assumindo para si o poder-dever de manter a ordem e a segurança social, o que culminou no surgimento da vingança pública, que, nos seus primórdios, manteve absoluta identidade entre o poder divino e o poder político.

Teve como elementar escopo a garantia da segurança do soberano, pelo meio do aproveitamento da medida repressiva penal, ainda caracterizada pela crueldade, desumanidade e intimidação, com forte influência do aspecto religioso, neste o Estado justificava a proteção do soberano.

Na Grécia Antiga, em seus primórdios, o delito e a pena prosseguiram a se impor no sentimento religioso. Esse entendimento foi suplantado com a contribuição dos grandes nomes da filosofia grega, tendo Aristóteles precipitado a precisão do livre-arbítrio, apropriado embrião do juízo de culpabilidade, prendido primeiro no campo filosófico para depois ser conduzido para o jurídico.

Platão, filósofo grego, em sua obra intitulada as Leis, antecipou a finalidade da pena como meio de defesa social, que deveria intimidar pelo rigorismo, advertindo os indivíduos para não delinquir. Ao lado da vingança pública, os gregos mantiveram por longo tempo as vinganças divina e privada.

Os gregos antigos não só tiveram um direito evoluído, como influenciaram o direito romano e alguns de nossos modernos conceitos e práticas jurídicas: o júri popular, a figura do advogado na forma embrionária do logógrafo, a diferenciação de homicídio voluntário, involuntário e legítima defesa, a mediação e a arbitragem, a gradação das penas de acordo com a gravidade dos delitos e, finalmente, a retórica e eloquência forense (WOLKMER, 2006, p. 76).

Em Roma houve uma verdadeira simbiose de direito e religião. Durante a primitiva organização jurídica da Roma monárquica prevaleceu o direito consuetudinário, que era rígido e formalista, tendo como seu primeiro Código escrito

A Lei das XII Tábuas (séc. V a.C.) foi o primeiro código romano escrito, que resultou da luta entre patrícios e plebeus. Essa lei inicia o período dos diplomas legais, impondo-se a necessária limitação à *vingança privada*, adotando a *lei de talião*, além de admitir a *composição*. Ainda nos primeiros tempos da realeza surge a distinção entre os crimes públicos e privados, punidos pelos *ius publicum* e *ius civile*, respectivamente. Crimes públicos eram a traição ou conspiração política contra o Estado (*perduellio*) e o assassinato (*parricidium*), enquanto os demais eram crimes privados — *delicta* — por constituírem ofensas ao indivíduo, tais como furto, dano, injúria etc. O julgamento dos crimes públicos, que era atribuição do Estado, através do magistrado, era realizado por tribunais especiais, cuja sanção aplicada era a pena de morte (BITENCOURT, 2012, p. 62).

Em Roma, então surge a distinção entre os crimes públicos e privados, punidos pelos *ius publicum* e *ius civile*, respectivamente. Os crimes públicos consistiam na traição ou conspiração política contra o Estado (*perduellio*) e o assassinato (*parricidium*), os demais crimes eram considerados como privados (*delicta*) por constituírem ofensas ao indivíduo, quais sejam, o furto, o dano, a injúria, entre outros.

O julgamento dos crimes públicos, que era atribuição do Estado, através do magistrado, era realizado por tribunais especiais, cuja sanção aplicada era a pena de morte. Já o julgamento dos crimes privados era confiado ao próprio particular ofendido, interferindo o Estado somente para regular o seu exercício.

Segundo Bittencourt (2012) A essência do Direito Penal Romano clássico passar a existir com o conjunto de leis promulgadas no fim da República (80 a.C.), com as *leges Corneliae* e *Juliae*, que instituíram uma adequada tipologia de crimes, para aquele período, pautando aquelas condutas que careceriam ser ponderadas delituosas. As *leges Corneliae* preocuparam-se fundamentalmente com aqueles crimes cometidos nas abrangências interpessoais dos cidadãos — patrimoniais, pessoais etc. —, enquanto as *leges Juliae* vigiar-se, essencialmente, com os delitos versados contra o Estado, seja pelos particulares, seja pelos apropriados dirigentes, destacando-se os crimes de corrupção dos magistrados, do parlamento, prevaricação, além de determinados delitos impetuosos, como sequestro, estupro etc.

Por volta de três décadas antes de Cristo desaparece a vingança privada, sendo suprida pela supervisão do Estado, a qual passa a cumprir o *ius puniendi*, observando o poder aferido ao *pater familiae*, todavia agora já com exceções. O embasamento da pena era basicamente retributivo.

A pena de morte, que praticamente havia esvaecido, já que, até a era de Adriano (117-138 d.C.), ressurgiu com ampla força, no século II d.C., com o advento dos titulados crimes extraordinários, tais assim como furto qualificado, estelionato, extorsão, aborto, exposição de infante. A esses crimes pode-se adicionar os crimes necessariamente religiosos, como blasfêmia, heresia, bruxaria etc.

A prisão era conhecida na Antiguidade tão somente como prisão-custódia, como depósito, uma espécie de antessala do suplício, onde os condenados aguardavam para a execução da pena propriamente dita.

Qualquer pessoa poderia matar o agressor quando havia perda da paz, por crime público, já no crime privado, o transgressor era entregue à vítima e seus familiares para que exercessem o direito de vingança, que assumia um autêntico dever de vingança de sangue.

O Direito Germânico primitivo não era composto de leis escritas, caracterizando-se como um Direito consuetudinário. O Direito era concebido como uma *ordem de paz* e a sua transgressão como *ruptura da paz*, pública ou privada, segundo a natureza do crime, privado ou público. A reação à *perda da paz*, por crime público, autorizava que qualquer pessoa pudesse matar o agressor. Quando se tratasse de crime privado, o transgressor era entregue à vítima e seus familiares para que exercessem o direito de vingança, que assumia um autêntico *dever* de vingança de sangue (BITENCOURT, 2012, p. 64).

Assim a política criminal dos povos germânicos em origem concebia um conflito familiar, evoluindo para um direito personalizado a partir do século IX, transcorrendo por toda a Idade Média até aparecimento da “Paz Territorial Eterna” decididamente suprimida.

A “*compositio*” tratava, em geral, no dever de equilibrar o prejuízo suportado com certo valor em pecunia, com o fim a eliminação da vingança privada, que, em decididos certos eventos, mais que um direito, era um dever da vítima ou de sua índole de vingar os agravos ganhados. Inaugura-se, assim, a retaliação, transmitida de aos sucessores da família.

A composição representava um combinado de indenização e pena, já que uma parte era destinada à vítima ou seus familiares, e parte eram carecidas ao

tribunal ou ao rei, representando o valor do sossego. Aqueles que não podiam para pagar pelos seus crimes, os denominados de criminosos insolventes, eram aplicados, em troca, tormentos físicos.

Só depois o Direito Germânico aboliu aceitando a pena de talião, por extensão do Direito Romano e do Cristianismo. A responsabilidade prática igualmente é característica do Direito Germânico. Há uma aceitação puramente objetiva da conduta humana, onde o que implica é o efeito provocado, sem discutir se procedeu de dolo ou culpa ou foi alvitre de acontecimento aleatório aplicando a máxima: o fato julga o homem. Mais tarde, por influência do Direito Romano, começa-se a exigir uma vinculação psicológica. Em relação ao aspecto procedimental, aceitava-se um direito de ferro em brasa.

1.1 A VINGANÇA PRIVADA

Na vingança privada, quando atentado um delito, incidia a reação da família da vítima ou dos membros do grupo social (tribo), que atuavam, abrangendo o delituoso, e ainda como todo o seu grupo; a tribo do agravado gerando assim uma verdadeira guerra contra os membros do grupo que causou o delito, as penas eram totalmente desproporcionais a ofensa e se caracterizava por punições físicas que muitas chegavam a ceifavam a vida do punido e até dos próprios familiares. É como menciona Edgard Magalhães Noronha:

(...) cometido um crime, havia a reação da vítima, dos parentes e do seu grupo/tribo, que, agiam sem proporção à ofensa, atingindo não só o agressor, mas também toda a sua tribo. A vingança era privada, pois a reação à ofensa era puramente pessoal, sem intervenção ou auxílio de terceiros. (NORONHA, 1999, p. 192).

Assim como o criminoso fazia parte do próprio clã em regra o excluía do grupo, forçando-o a habituar-se separado enfrentando completas desventuras do ambiente e isso constantemente o induzia ao esgotamento, seja por não conseguir continuar a viver sozinho, seja em causa dos ataques das ancestrais tribos adversárias ou por completo exaustão física pela falta de alimento.

Após o período Micênico, a Grécia atravessou um período denominado “era das trevas”, que se estendeu de 1200 a 900 a.C. e, no começo de 900 a.C., os gregos não tinham leis oficiais ou sistemas formalizados de punição. Os assassinatos eram resolvidos pelos membros das famílias das vítimas, que

buscavam e matavam o assassino, dando início a disputas sangrentas sem fim. Somente no meio do século VII a.C. estabeleceram os gregos suas primeiras leis codificadas e oficiais (WOLKMER, 2006, p.61).

Assim as tribos acabavam por diminuir chegando até própria e total destruição, foi neste sentido, com o próprio desenvolvimento, procurando a preservação das tribos e a paz social é que aparece o talião (*talis* = tal), ou seja, castigo igual à culpa, desforra igual à ofensa (olho por olho, dente por dente), assinala-se como um apropriado progresso na aplicação das penas, restringindo a pena proporcionalmente a ofensa sofrida. Foi adotado pelo Código de Hamurabi, da Babilônia (séc. XVIII a.C.), pela Legislação Hebraica e pela Lei das XII Tábuas em Roma.

O *direito penal* trazido pelo Código de Hamurabi reflete o momento de elaboração do próprio documento; buscando uma extrema centralização do poder nas mãos do soberano, o Código, na parte alusiva aos delitos e às penas, consagra uma fusão de elementos sobrenaturais, princípios de autotutela e retaliação e penas ligadas à mutilação e ao castigo físicos (WOLKMER, 2006, p. 41).

Aparece igualmente neste período, como meio de progresso da aplicação das penas, a composição, ou seja, uma transação entre o ofensor e ofendido ou seus familiares, que caracterizava por uma substituição do castigo por um bem, o ofensor se livrava da pena com a compra da sua liberdade, que geralmente era feita principalmente por meio de moedas, gados e terras. Está espécie de pena foi adotada também pelo Código de Hamurabi, da Babilônia (séc. XVIII a.C.), que reproduz exatamente o Talião e a composição, bem como pelo Pentateuco e pelo Código de Manu na Índia.

O *direito penal* trazido pelo Código de Hamurabi reflete o momento de elaboração do próprio documento; buscando uma extrema centralização do poder nas mãos do soberano, o Código, na parte alusiva aos delitos e às penas, consagra uma fusão de elementos sobrenaturais, princípios de autotutela e retaliação e penas ligadas à mutilação e aos castigos físicos (WOLKMER, 2006, p.41).

Assim a vingança que era privada passa a ser centralizado no Estado, atribui-se a rigidez para com o fim a evitar o conflito social entre os indivíduos com uma pena que para o contexto social e político do período era justo..

1.2 A VINGANÇA DIVINA

Este período foi assinalado por uma desordem entre normas de convivência social e as normas divinas, a religião confundia-se com o Direito, e, portanto, os princípios de evidencia puramente religioso ou moral, consideravam-se leis em alento, o delito era entendido como um pecado, e assim sendo todo tipo de pecado entendia um determinado ente, ou seja, um Deus, neste período a religião influenciava inevitavelmente a vida dos povos neste contexto, conforme se aduz:

A vingança divina já existe m poder social capaz de impor aos homens normas de conduta e castigo. O princípio que domina a repressão é a satisfação da divindade, ofendida pelo crime. Pune-se total rigor, antes com notória crueldade, pois o castigo deve estar em relação com a grandeza do ofendido. É o Direito Penal religioso, teocrático e sacerdotal, que tinha como objetivo a purificação da alma do criminoso, através do castigo para que pudesse alcançar a benesse divina. (NORONHA, 1995, p. 21).

As penas tinham por finalidade a satisfação do Deus afrontado e a purificação e salvação da alma do transgressor, todavia sem abandonar o estilo cruel em sua aplicação, a "*vis corporalis*" era consumida como meio de intimidação.

Eram os sacerdotes adjudicados de aplicar a severidade da justiça dos deuses, havendo à mística que a penalidade necessitaria ser adequada a grandeza do Deus ofendido.

Tal de vingança foi dominante nas leis dos povos antigos do Oriente pelo Código de Manu foi (Índia), e no Código de Hamurabi, nas regiões do Egito, Assíria, Fenícia, Israel e Pérsia.

1.3 A VINGANÇA PÚBLICA

Período o qual o Estado se expõe de maneira mais organizada, por meio de um domínio cada vez antes fortalecido, onde a figura de diversos monarca era soberana, instituindo a este a capacidade de punir seus submissos para atingir o objetivo maior que era a segurança do seu reinado e a conservação do poder conforme menciona:

O Estado afastou a *vindita privada*, assumindo o poder-dever de manter a ordem e a segurança social, surgindo a *vingança pública*, que, nos seus primórdios, manteve absoluta identidade entre poder divino e poder político. A primeira finalidade reconhecida desta fase era garantir a segurança do

soberano, por meio da aplicação da sanção penal, ainda dominada pela crueldade e desumanidade, característica do direito criminal da época. Mantinha-se ainda forte influência do aspecto religioso, com o qual o Estado justificava a proteção do soberano (BITENCOURT, 2012, p. 61).

As penas mantendo o mesmo padrão do sistema anterior eram também de caráter severa e cruéis, intimidativas (morte na fogueira, roda, esquartejamento, estrangulação), os processos eram secretos, o réu não sabia qual era a imputação feita contra ele, a inteligência era que, consistir o inocente, o acusado não necessitava de defesa; se constituísse culpado, a ela não apresentaria direito, isso beneficiava os governantes propor suas ações.

1.4 O PERÍODO HUMANITÁRIO

Justifica-se contra os excessos das fases anteriores, no fim do século XVIII no denominado século das luzes, mais exatamente no decorrer do iluminismo, com o aparecimento de ideias mais voltadas para o caráter humanitário da aplicação das penas.

Neste período ocorreu o alastramento dos ideais iluministas, onde teve uma conscientização acerca das atrocidades que vinham ocorrendo, chegando conclusão que era preciso romper com os preconceitos e tradições vigentes, procurando debater de maneira mais humanitária o condenado em busca de uma aplicação mais justa da pena.

Existiu um imperativo para a proteção da liberdade individual em face do arbítrio judiciário e para a eliminação das torturas, com embasamento em compaixões de indulgência, clemência e respeito à pessoa humana.

As correntes iluministas e humanitárias, das quais Voltaire, Montesquieu e Rousseau foram fiéis representantes, realizam uma severa crítica dos excessos imperantes na legislação penal, propondo que o fim do estabelecimento das penas não deve consistir em atormentar a um ser sensível. A pena deve ser proporcional ao crime, devendo-se levar em consideração, quando imposta, as circunstâncias pessoais do delinquente, seu grau de malícia e, sobretudo, produzir a impressão de ser eficaz sobre o espírito dos homens, sendo, ao mesmo tempo, a menos cruel para o corpo do delinquente (BITENCOURT, 2012, p. 38).

Assim a principal bandeira era a busca de uma lei penal que versasse em simples, clara, carece e escrita em língua pátria, careceria ser também rígida o

mínimo indispensável para repreender a criminalidade, tornando assim o processo penal célere e dinâmico.

O principal defensor deste movimento foi Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria, nascido em Milão no dia 15 de Março de 1738; que em 1763, aos 25 anos de idade, saiu em defesa dos infortunados e dos desamparados por meio do princípio de sua tão celebrada obra "Dos delitos e das penas" (*Dei Delitti e Delle Pene*), tendo por influência os ideais defendido por Rousseau e Montesquieu.

A obra de Beccaria repreende as lacunas no sistema penal de seu tempo em razão dos arbítrios cometidos pelos juízes, amparados em leis duvidosas e obsoletas.

O princípio que permitiu sua obra é a Teoria do Contrato Social contra a pena capital, com o argumento de que, apesar do homem ceder parte de sua liberdade ao bem comum, não poderia ser privado de todos os seus direitos, principalmente seus direitos fundamentais, pois a ninguém seria conferido o poder de matá-lo é melhor.

Beccaria se insurgiu contra a tradição jurídica da época, em nome da humanização das penas, da causa, da realidade e do sentimento, amparando para tal o princípio a seguir citado:

Contudo, qual a origem das penas, e em que se funda o direito de punir? Quais as punições que se devem aplicar aos diferentes crimes? A pena de morte será verdadeiramente útil, necessária, imprescindível para a segurança e a estabilidade social? Serão justos os tormentos e as torturas? Levarão ao fim proposto pelas leis? Quais são os meios mais apropriados para prevenir os delitos? As mesmas penas serão igualmente úteis em todas as épocas? Qual a influência que exercem sobre os costumes? (BECCARIA, 1764, p. 17).

Assim Beccaria contribuiu para o processo de humanização e racionalização das penas e do Direito Penal, e não uma vingança, mais ao oposto defendia uma pena proporcional e humanizada da ideia do justo útil para estabilidade social acertado à eficácia e a certeza da pena, adequados a impedir a delinquência, de acordo com ao contexto social, cultural e político que exercem influência sobre a sociedade.

1.5 O PERÍODO CRIMINOLÓGICO

Surgiu após o período humanitário, sendo influenciado principalmente pelo pensamento positivista, onde começaram a surgir pensamentos mais concretos em relação ao homem normal e o homem delinquente, buscando se explicar a causa principal e essencial do delito.

O período criminológico do Direito Penal trouxe como seu precursor o médico psiquiatra, italiano, e professor de Turim César Lombroso, que em 1875, escreveu o livro *L'Uomo Delinquente (O Homem Delinquente)*, nesta obra defendeu que a pena deveria ter por princípio a defesa social e a busca da recuperação do criminoso em prol do bem comum, tendo em vista ser o crime uma manifestação nata da personalidade humana, um fenômeno biológico, e não meramente um fato jurídico na sociedade. Lombroso sustentava que as características físicas e morfológicas eram fato preponderante para o investido de crimes, sendo em resultado de tais princípios considerado a causa da antropologia criminal.

Para Lombroso, o delinquente era um ser atávico, um europeu que não havia completado o seu desenvolvimento embriofetal (na época dizia-se que a *ontogenia* sintetizava a *filogenia*) e, portanto, consistia numa detenção do processo *embriofetal* que resultava em um ser semelhante ao selvagem colonizado: não tinha moral, parecia fisicamente com o indígena ou o negro, possuía pouca sensibilidade à dor, era infantil, perverso etc. (ZAFFARONI, BATISTA, ALAGIA, SLOKAR 2006, p. 573).

Sua base doutrinária foi intensamente influenciada pelas teses positivistas, principalmente pelas teorias deterministas e evolucionistas. Mirabete apresenta este período nos seguintes termos:

O movimento Criminológico iniciou-se com os estudos de César Lombroso, com a publicação da obra *Luomo Delinquente studiato in rapporto, all antropologia, alla medicina legale e alle discipline carcerarie*, expondo suas teorias e abrindo nova etapa na evolução das idéias penais. Aborda o crime como manifestação da personalidade humana e produto de várias causas. Lombroso estuda o delinquente do ponto de vista biológico. Criou com seus estudos a Antropologia Criminal e, nela, a figura do criminoso nato. Esse pioneiro firmou alguns conceitos básicos, alguns ampliados, outros retificados por seus seguidores, que deram novas diretrizes e abriram novos caminhos no estudo do crime e do criminoso... Apesar dos exageros da teoria lombrosiana, seus estudos abriram novas estradas na luta contra a criminalidade. (MIRABETE, 2002, p. 40)

De acordo com Bitencourt (2012, p.57) nesse contexto, o sociólogo Henrique Ferri na sua Sociologia Criminal, ressaltou que as características antropológicas,

sociais e físicas eram fatores pujantes, ou seja, por si só justificavam a ocorrência causal do delito. Seguindo a mesma toada, Rafael Garofalo, por meio de sua obra *Criminologia*, defendeu igualmente este princípio.

Em continuidade, o autor afirma também, que Garofalo, Lombroso e Ferri foram os fundadores da Escola Positivista, sendo os precursores deste pensamento:

O terceiro representante do positivismo italiano foi Rafael Garofalo (1851-1934), o autor de *Criminologia*, sua principal obra que, por certo, não tratava do que hoje se entende por criminologia. Garofalo, ao contrário de Ferri – que era um político socialista e terminou como senador fascista - e de Lombroso – um cientista descendente de judeus – foi um aristocrata, que exibia com orgulho seu título de barão, e chegou a ser procurador do Reino, razão por que suas ideias estão bem mais próximas de Haeckel, o divulgador do monismo darwiniano, e tomou decididamente partido contra o socialismo, de um modo semelhante ao racista Le Bon. Garofalo não esconde seu autoritarismo, sua índole essencialmente antidemocrática nem a extremada frieza genocida de seu pensamento. “Com ele fica evidente a tese da guerra ao delinquente e o positivismo italiano alcança o nível mais inferior de seu conteúdo pensante” (BITENCOURT, 2012, p. 56 - 57).

Apesar tal pensamento ser relevante para a época, se fingir-se por bem garantir que na contemporaneidade não vigora tal princípio, pois atualmente os penalistas apresentam-se preocupado mais com a pessoa do condenado, tendo por embasamento uma probabilidade humanista onde o principal escopo segundo a legislação é a “recuperação” do condenado contornar hábil a real convívio social, procurando dar uma apropriada definição ao princípio do Direito Penal bem como da Execução Penal e do sistema prisional.

2 O SISTEMA PRISIONAL

Ao confrontar a história do sistema penal com o desenvolvimento da humanidade, verifica-se que aquela é recente em analogia a esta, todavia por outro lado se conjecture que certo tipo de penalidade sempre existiu.

A prisão surgiu sem idealização, consiste que desde o princípio um local de passagem, onde seres humanos eram enfermados para em seguida receberem uma pena mais rígida, que poderia ser desde o castigo corporal como os chibates, até as penas de mortes.

As penalidades eram aplicadas de forma desumana, continuamente com o escopo de conceber um exemplar a todos, porque eram ordinalmente executadas em praças públicas com a presença de toda a população, tornando-se verdadeiro espetáculo de horrores chancelado pelo Estado.

Com a evolução da sociedade a punição foi aos poucos deixando de ser um espetáculo da morte em público, pois passou a surgir pensadores que elevavam a bandeira de que o rito de aflição e sofrimento que levava a morte o apenas coincidir-se ao crime incumbido sendo que muitas vezes o excedia em crueldade, e que tal procedimento careceria ser afastado, pois a martírio de morte atribuída não se amparava em qualquer direito, segundo já salientado por meio de citação de Cesare Beccaria, em sua ilustre obra dos Delitos e das Penas, que influenciou a legislação penal, ao declarar que a pena de morte era inútil, logo que abaixo se observa de forma veemente pelo ilustre doutrinador:

A morte de um cidadão apenas pode ser considerada necessária por duas razões: nos instantes confusos em que a nação está na dependência de recuperar ou perder a sua liberdade, nos períodos de confusão quando se substituem as leis pela desordem; e quando um cidadão, embora sem a sua liberdade, pode ainda, graças às suas relações e ao seu crédito, atentar contra a segurança pública, podendo a sua existência acarretar uma revolução perigosa no governo estabelecido. (BECCARIA, 1764, p. 52).

Beccaria resguardou a existência de uma proporcionalidade entre as penalidades e os delitos, seus juízos equivale a um adequado embrião para que as penas adviessem a ser proporcional aos crimes cometidos, produzindo os principais passos para a origem do sistema prisional com o desígnio de ressocializar o transgressor, tornando-o capaz para o regresso a convivência social.

Em contrapartida, determinados autores asseveram que a ideia de penitenciária teve origem na Idade Média por intercessão da Igreja, que defendia que o homem se purificava enquanto permanência na angústia e no isolamento, já que nesta circunstância poderia ajuizar sobre os desacertos incumbidos e assim sendo, não mais recaía. Deste modo assegura o Juiz pernambucano Adeildo Nunes em sua obra, *Realidades das Prisões Brasileiras*:

Na idade média, a igreja, foi precursora na aplicação da prisão, como forma de castigo àqueles que infringissem seus preceitos, fazendo recolher os monges rebeldes ou infratores em celas individuais, onde mercê de orações e reflexos reconheciam seus próprios pecados e não voltava a cometê-los. (NUNES, 2005, p. 46).

Deveras observar que o juízo de estabelecimentos prisionais concebeu um adequado progresso ao direito de punir, o sistema penitenciário, nasceu com a precisão de reabilitação e recuperação dos que infringiam as regras sociais, com o fim de suprimir as penas desumanas e adequar ao apenado oportunidades de reinserção social, objetivando especialmente uma melhora moral e uma preparação do preso para sua vida em sociedade, segundo observa em Noronha (1999, p. 202) “Os estabelecimentos penitenciários representam a evolução do direito de punir e conter os agressores do crime. A sanção penal percorreu um longo caminho histórico até chegar à condição atual, qual seja a pena privativa de liberdade.”

Entretanto hodiernamente constata-se que a sociedade evolucionou e juntamente com ela a criminalidade, ocorrência esta não acompanhada pelas políticas prisionais, o que tornou o sistema prisional ofensivo sobre todos os feitos.

Nesta totalidade, nota-se que o acatamento aos direitos humanos está sendo diariamente infringidos e desconsiderados, sobre o ensejo de um sistema prisional que não obtém seus desígnios; principalmente a tese de ressocialização sendo que a consequência esta questão com a absoluta ausência de investimento em políticas educacionais e prisionais.

2.1 O SISTEMA PRISIONAL E A SOCIEDADE

De acordo com Zaffaroni (1991, p. 245) que o sistema penal elege alguns candidatos à criminalização, desencadeia o processo de sua criminalização e submete-o à decisão da agência judicial, assim essa escolha é a partir de um estereótipo é

exposta por intercessão de uma sociedade estupra e impassível, que se torna vítima dela própria, onde quaisquer de seus integrantes se apartam das condutas opinadas como almejavéis e se tornam propensos a agregar o sistema, isto é evidenciado do lado de fora dos muros do sistema prisional onde o alto número de criminalidade acrescenta o sentimento de impunidade e incerteza, que segundo França, Junior (2015, p. 29) o Sistema penal, em todas suas áreas, diante do presente quadro, rendido pelo primeiro dos poderes, o econômico, acaba trabalhando, às vezes por ingenuidade, às vezes por má-fé, para que os “excluídos” não perturbem os “incluídos”. Visto que espelho da supressão econômica imperante em nossa sociedade onde tão-somente os igualmente venturosos têm direito a um amparo jurídico competente, igual conjuntura finaliza acarretando uma criminalização “porventura inconsciente” dos menos favorecidos, pois acabam adjudiques a própria sorte.

A inevitável seletividade operacional da criminalização secundária e sua preferente orientação burocrática (sobre pessoas sem poder e por fatos grosseiros e até insignificantes) provocam uma distribuição seletiva em forma de epidemia, que atinge apenas aqueles que têm baixas defesas perante o poder punitivo, aqueles que se tornam mais vulneráveis à criminalização porque: a) suas características pessoais se enquadram nos estereótipos criminais; b) sua educação só lhes permite realizar ações ilícitas toscas e, por conseguinte, de fácil detecção e c) porque a etiquetagem suscita a assunção do papel correspondente ao estereótipo, com o qual seu comportamento acaba correspondendo ao mesmo. (ZAFFARONI, BATISTA, ALAGIA, SLOKAR, 2006, p. 47).

Neste íterim verifica-se que no Brasil o sistema prisional é a representação fiel da própria sociedade, que está saturada de contrassensos cruéis, caracterizada pela cruel desigualdade social, onde milhões de brasileiros convivem inferiormente da linha da pobreza enquanto uma minoria privilegiada acaudilha a grande parte da riqueza.

A consequência desta enorme aversão é o aparecimento de uma massa populacional excluída e tendente a engrossar a ala do sistema prisional, identificada Assim sendo a maioria da população desprovida da educação, sem recursos econômicos, negra, jovem, são estes os herdeiros marginalizados da sociedade, que, da mesma forma, por tantas vezes, foram “impelidos” ao crime não obstante terem trazido melhores ensejos sociais.

Neste íterim se faz por bem enfatizar que o Estado e a sociedade não podem ser negligente tal qual, pois atualmente o sistema prisional é um apropriado

depósito de lixo humano, onde seres “inservíveis” para o ‘convívio social são simplesmente rejeitados.

A finalidade da pena, segundo o sistema pena, é a recuperação do homem infrator, Não se nega que a pena tem caráter aflitivo-retributivo-intimidatório, porém a sua função primordial, segundo os princípios geradores da escola positiva, nos fins do século XIX e começo do século XX, como Ferri, Garofalo e Lombroso, é a ressocialização do homem, portanto, a sua recuperação social. Contudo, devido à precariedade existente em nosso sistema prisional, não volte a praticar condutas ilícitas (TORRENS, 2000, p.39).

Perante tal realidade urge impetuosamente ressalvar que esta forma de segregação atribuída ao detento é uma verdadeira contradição, pois ao final da pena o segregado retorna ao convívio social as vezes faz-se a ser mais violentos devido ao reflexo do tratamento desumano que foi suportado enquanto cumpria a sua pena sobre a injunção do Estado e insensibilidade da sociedade, este banimento constrangedor pelo sistema prisional causa ônus superiores aos legais, é um tratamento abarbarado que destrói o imo de qualquer pessoa humana e tão-somente agrava o problema da segurança pública e da criminalidade.

2.2 O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Conforme observa Bittencourt (2012, p. 45) até 1830 no advento da criação do Código do Processo Criminal não tinha no Brasil, um Código Penal próprio, pois ainda deixou de ser colônia portuguesa em 1822, submetiam-se às Ordenações Filipinas, que em seu livro V trazia o rol de crimes e penas que seriam aplicados no Brasil. Entre as penas, predizer as de morte, rebaixar-se para as galés e outras regiões, penas corporais (como açoite, mutilação, queimaduras), confisco de bens e multa e ainda penas como vexame pública do réu; não havia a previsão do restrição e privação de liberdade, visto que as ordenações são do século XVII e os movimentos reformistas penitenciários começam só no fim do século XVIII, os estabelecimentos prisionais do Brasil adotavam o antigo entendimento de prisão como meio de prevenir a fuga para a pena que viria e não como fim, como pena.

O sistema prisional brasileiro é historicamente marcado por episódios que revelam e apontam para o descaso com relação às políticas públicas na área penal, sendo que o marco inicial data-se no ano de 1769 quando a Carta Régia do Brasil

determinou a construção da primeira prisão brasileira, a Casa de Correção do Rio de Janeiro conforme afirma Bitencourt:

A constituição brasileira de 1824 determinou a urgente e imperiosa necessidade de elaboração de um Código Criminal, fundado nas sólidas bases da justiça e da equidade (art. 179, § 18). Em 1827, Bernardo Pereira de Vasconcellos e José Clemente Pereira apresentaram, individualmente, um projeto de código criminal, ambos de excelente qualidade (BITENCOURT, 2012, p. 46).

Conforme as observações de Bittencourt (2012, p. 45), com a independência política do Brasil com Constituição de 1824 determinou que as cadeias tivessem os réus separados por tipo de crime e penas e que se adaptassem as prisões para que os detentos pudessem trabalhar. Logo após, a Constituição Brasileira de 1824 tratou: *“XXI. As Cadeias serão seguras, limpas, o bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circunstancias, e natureza dos seus crimes.”*

Se a prisão é apenas um meio de deter um cidadão até que ele seja julgado culpado, como esse meio é aflitivo e cruel, deve-se, tanto quanto possível, suavizar-lhe o rigor e a duração. Um cidadão detido só deve ficar na prisão o tempo necessário para a instrução do processo; e os mais antigos detidos têm direito de ser julgados em primeiro lugar. (BECCARIA. 1764 p.39)

Segundo certifica Bittencourt (2012, p. 45) o início do século XIX começou a surgir um problema que hoje conhecemos muito bem: a superlotação; quando a Cadeia da Relação, no Rio de Janeiro, já tinha um número muito maior de presos do que o de vagas.

Nas observações de Bittencourt (2012, p. 46) em 1890, o Código Penal já previa que presos com bom comportamento, após cumprirem parte da pena poderiam ser transferidos para presídios agrícolas, porém desde aquela época abrangia uma parte ínfima dos presos porque já eram poucos os presídios deste tipo no país.

Com o advento da República, Batista Pereira foi encarregado de elaborar um projeto de código penal, que foi aprovado e publicado em 1890, portanto, antes da Constituição de 1891. Como tudo que se faz apressadamente, este, esperar-se, tenha sido o pior Código Penal de nossa história; ignorou completamente “os notáveis avanços doutrinários que então se fazia sentir, em consequência do movimento positivista, bem como o exemplo de códigos estrangeiros mais recentes especialmente o Código Zanardelli. O Código Penal de 1890 apresentava graves defeitos de técnica, aparecendo atrasado em relação a ciência de seu tempo”.(...) Os equívocos

e deficiência do Código Republicano acabaram transformando-o em verdadeira colcha de retalhos, tamanha a qualidade de leis extravagantes que, finalmente concentravam na conhecida Consolidações Leis Penais de Vicente Piragibe, promulgadas em 1932 (BITENCOURT, 2012, p. 46).

De acordo com Mirabete (2008, p.28) a primeira tentativa de uma codificação das normas de Execução Penal foi em 1933, por meio do projeto do Código Penitenciário da República, elaborado por Cândido Mendes, Lemos de Brito e Heitor Carrilho, que veio até mesmo ser publicado no Diário do Poder Legislativo, no Rio de Janeiro, edição de 25 de fevereiro de 1937, que continuou a ser discutido até a promulgação do Código Penal de 1940, contudo o projeto acabou sendo abandonado por destoar do citado Código; o citado projeto sugeria que, além de cumprir a pena, o apenado também trabalhasse como meio de abranger sua reinserção social, tal previsão desde então até não se concretizou na prática o sistema prisional com uma realidade comovente, onde os detentos são enfermados em celas insalubres e superlotados, não há uma política educacional de recuperação e acompanhada a esta enfermidade está à falta de infraestrutura física das penitenciárias, presídios e casa de detenção pública assim assevera:

Os níveis de degradação da dignidade humana alcançados por este sistema carcerário de há muito têm chamado a atenção da comunidade internacional. É preciso dar um basta. Não haverá investimento suficiente enquanto não se inverter a crescente lógica encarceradora atualmente vigente (FRANÇA, JUNIOR, 2015, p. 28).

As condições subumanas e a insegurança em que os detentos vivem transformam os presídios em verdadeiros depósitos de seres humanos, drogas, telefones celulares e armas são apreendidas, os mais fortes, subordinam os mais fracos, criminosos primários são misturados a homicidas, sequestradores, estupradores etc.; de dentro do cárcere facções comandam ações criminosas, tais fatos geram um resultado “bombástico” que, ao invés de recuperar o detento o torna “especialista na arte do crime”, neste contexto, geralmente um jovem que entra em uma dessas carceragens sai de lá apto a liderar facções criminosas e disposto a enfrentar a polícia e cometer qualquer tipo de ação criminosa.

Ao jogar pela atual situação do Sistema Penitenciário brasileiro, com 563.526 presos vivendo em um sistema “medieval”, nas palavras do próprio Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso, parece óbvio que a LEP não conseguiu seu propósito de humanizar o sistema penitenciário (SILVA, 2014, p. 32).

Diante do exposto é notório que o sistema prisional brasileiro está falido, a deterioração do sistema vem ocorrendo cotidianamente, e nos últimos anos chegou a um ponto insustentável, pois a ociosidade e a superlotação, resultantes da falta de uma política prisional séria e eficiente fazem parte desta realidade, e com isso o sistema prisional não consegue atingir seu objetivo que é o de recuperar e reintegrar os detentos à sociedade, dos egressos do sistema a grande maioria voltam a cometer novos delitos e retornam ao cárcere, este é um ciclo vicioso que parece não ter fim.

2.3 O SISTEMA PRISIONAL E AS GARANTIAS DO APENADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, órgão ligado ao Ministério da Justiça, disponibiliza semestralmente o censo penitenciário, no 2º semestre de 2012 (*anexo*) a população carcerária era de 548.003 presos, a grande maioria desses presidiários até o advento da Lei 12.313 sancionada em 19 de agosto de 2010, sequer exerciam o seu direito de defesa, estavam esquecidos no submundo das prisões, pois a Lei de Execução Penal, não disciplinava a atuação da Defensoria Pública, o que significava uma enorme omissão, já que cerca de 90% da população carcerária do país é de pessoas carentes, que precisam da Defensoria, e a defesa era prestada de forma deficitária agravando ainda mais a precariedade do sistema prisional no Brasil.

A citada lei reformou a Lei de Execução Penal (DEPEN, 2012) e pela primeira vez na história da legislação brasileira, vem regular a atuação da Defensoria Pública no sistema prisional, transformando a instituição em Órgão de Execução e reconhecendo a necessidade da presença de Defensores em todas as unidades prisionais do país, conferindo à Defensoria a tarefa de garantir o princípio constitucional de acesso à Justiça no âmbito da execução da pena.

Conforme acima asseverado observa-se que a citada norma aperfeiçoa a Lei de Execução Penal, mas será necessário empenho por parte das autoridades para que saia da frieza do papel e se efetive no mundo dos fatos, pois independente do delito que cometeu o apenado tem direito as garantias mínimas de sua dignidade

humana, assegurada pelos direitos humanos e protegida pela ordem jurídica interna e externa.

A Constituição Federal de 1988 no art. 3º, inciso I; elenca como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; além de ter um título completo (Título II) voltado totalmente para os direitos e garantias fundamentais.

Assim entende-se que as garantias do apenado estão diretamente relacionadas com os Direitos Humanos em um sentido amplo, que devem a referir-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos – adotada e proclamada pela Resolução nº 217A, da III Assembleia Geral das Nações Unidas de 10 de dezembro de 1948 e assinada pelo Brasil na mesma data, que traz expressa em seu art. 1º o seguinte dizer: *“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”*. Pois bem, com base nesta declaração, praticamente os povos do mundo inteiro firmaram o compromisso de respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana, com base na igualdade de direitos do homem e da mulher, e decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.

Na Carta Magna normas ditas programáticas, porém estas possuem embora de forma limitada total efetividade, conforme se origina a lume a citação de Nilo Batista (2006, p. 377) “não há, numa Constituição, cláusulas a que se deva atribuir meramente o valor moral de conselhos, avisos ou lições. Todas têm a força imperativa de regras”.

Diante do apresentado e do previsto na Carta Constitucional de 1988, não há que se falar em carência de eficácia e efetividade quando tratamos de dispositivos constitucionais, ainda mais quando tais dispositivos refere-se a normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, conforme bem destaca o art. 5º, § 1º, CF/88; este dispositivo impõe aplicabilidade imediata às regras definidoras dos direitos e garantias fundamentais.

Tal embasamento ideal para combater as discrepâncias que há entre as previsões legais e a realidade dos encarcerados que necessitam de uma atuação eficaz por parte do Estado, por ser este, o garantidor dos fundamentos e princípios constante de nossa Carta Magna, norma fundamental, por meio da qual nossa

sociedade se organiza, encontrando-se assim no ápice do sistema jurídico da República Federativa do Brasil.

A Constituição Federal é o fundamento de todas as leis infraconstitucionais, prevê em seus artigos uma gama de garantias voltadas exclusivamente para a valorização do ser humano, os direitos e garantias individuais e coletivos nela previstos nos oferecem uma forma de proteção contra o próprio Estado, que muitas vezes se torna arbitrário por meio de seus agentes ou por políticas sociais ineficientes, que acabam ferindo princípios constitucionais, se mostrando de forma ainda mais gravosa, quando tais princípios referem-se à dignidade humana.

A recuperação do apenado deve ser realmente tratada como algo relevante e requer investimentos para tanto, pois não existe a mínima possibilidade de recuperar alguém no atual modelo vigente, que se apresenta totalmente descompassado com a dignidade da pessoa humana, princípio-mor e colimador de uma sociedade justa, humana e fraterna. Neste sentido explica Luiz Regis Prado:

Que a dignidade humana é inerente ao homem como pessoa, constituindo-se como um atributo ontológico do homem no sentido de que ele é um ser integrante da espécie humana, valendo-se em si e por si próprio, isto é, o requisito para se ter a dignidade humana é o simples fato de ser apenas um ser humano (PRADO, 2007, p. 74).

Diante do exposto, pode-se afirmar que as normas que asseguram a dignidade da pessoa humana são cogentes, advindas não só da Constituição Federal bem como de todo o ordenamento jurídico pátrio abrangendo não só os ditames do direito público interno, mas também cruzando fronteiras sendo influenciado e influenciando o Direito Internacional Público e Privado, assumindo a cada dia papel de grande relevância em relação a proteção da pessoa humana em nível mundial.

Como se observa, em relação ao apenado, o princípio da dignidade da pessoa humana, deve estar intimamente centrado em mecanismos de reinclusão social, e não em exclusões como acontece na realidade brasileira. O sentenciado deve cumprir a pena imposta, neste ponto não há dúvidas, porém é obrigação do Estado garantir condições reais para tal; impondo deveres e garantido direitos, com o fim de recuperar o ser humano que está sob sua custódia, buscando sempre reduzir a distância entre a população intramuros e extramuros penitenciários, preparando o sentenciado para o retorno efetivo da vida em sociedade.

É preciso implementar projetos sérios voltados para educação e trabalho, os detentos devem ter uma ocupação e se sentirem úteis, para tanto é necessário políticas sérias de ressocialização, tendo em vista que mais cedo ou mais tarde, este cidadão será novamente entregue ao convívio social e deverá ter amplas condições de ter uma vida digna pois já terá pago pelo crime que cometeu.

Os presos têm assegurado tanto pela Constituição Federal, quanto pela Lei de Execução Penal seu direito à vida, à dignidade, à privacidade, porém não é o que existe na realidade, e isto acaba afetando toda a sociedade, pois o sistema prisional se mostra como uma grande falácia que não recupera ninguém não se prestando ao fim que se destina, pois devolve a sociedade pessoas especializadas na arte do crime.

Neste diapasão verificamos que em termos de normatização é assegurado a todos os cidadãos com base na Lei Maior e demais Leis Infraconstitucionais, direitos e garantias fundamentais, possuindo tais leis previsão de aplicabilidade imediata, estas normas não distinguem os cidadãos em apenados e não apenados, ou seja, são todos iguais perante a lei, porém na prática o sistema prisional que deveria ser eficiente, se mostra nefasto ao apenado bem com a toda a sociedade, pois esta se enclausura nas “grandes das cidades” e aqueles já como egressos ficam sem a mínima chance de ressocialização em virtude do preconceito existente sendo ambos penalizados pelo sistema.

2.4 O SISTEMA PRISIONAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL

O sistema prisional do município de Cacoal-RO é composto pela Casa de Detenção, cuja previsão está no artigo 103 da Lei 7210 de 1984 que dispõe sobre a obrigatoriedade de que cada comarca dispor de um estabelecimento com estas características a fim de abrigar o recolhimento de presos provisórios, previsto no artigo 102 da referida lei.

Esta unidade prisional está localizada na Avenida Itapemirim, 421, Bairro Brizon. Conforme dados históricos da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, até o ano de 1998 pertenceu ao quadro da Secretaria de Segurança do Estado de Rondônia e foi gerenciada pela Polícia Civil.

A partir de setembro do mesmo ano, passou-se a administração da Superintendência da Justiça e Defesa da Cidadania, a SUJUDECI, tendo sempre um

Diretor Geral e um Diretor de Segurança e um quadro formado por agentes penitenciários com turno de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas de trabalho por 72 horas (setenta e duas) de descanso.

As informações sobre à Casa de Detenção de Cacoal-RO foram obtidas por meio da Pesquisa de Campo com uma entrevista com o diretor do estabelecimento por meio de um questionário aplicado com questões abertas, as quais foram apresentadas de forma oral ao entrevistado, sendo as respostas transcritas manualmente pelo pesquisador.

Por meio do questionário formulado pelo pesquisador quando indagado sobre à Casa de Detenção teve se as seguintes informações que segue.

2.4.1 Pesquisa de Campo

A – Entrevista com o diretor administrativo

A entrevista (*anexos*) com o senhor diretor administrativo da Casa de Detenção de Cacoal, servidor efetivo do Sistema Penitenciário estadual, o qual prestou todas as informações a respeito das atividades efetivadas com escopo a identificar a qualidade de vida interna e externamente, pelos apenados que ali cumprem penas.

A estrutura física da Casa de Detenção possui 40 celas abrangendo os regimes fechado, semiaberto e provisório, inclusive o espaço destinado à ala feminina. Todavia, são 12 celas no regime fechado, 21 celas no regime semiaberto e 04 celas no pavilhão feminino, sendo que 03 celas encontram-se desativadas.

A população carcerária atual da Casa de Detenção de Cacoal é formada por 290 (duzentos e noventa) apenados, sendo que destes, 108 (cento e oito) são condenados em regime fechado, 56 (cinquenta e seis) em regime semiaberto e 108 (cento e oito) provisórios, somados a 18 (dezoito) apenadas na ala feminina com 11 (onze) condenadas, 06 (seis) provisórias e uma no semiaberto.

Com o levantamento dos dados sobre a capacidade de lotação é possível observar o déficit existente, já que cada cela do pavilhão fechado tem espaço para 09 (nove) pessoas, entretanto, acomoda 20 (vinte) e, as do regime semiaberto, capacidade de acomodação para 04 (quatro), mas coabita 08 (oito). Diante disso,

excetuando as celas desativadas, ter uma situação regular, uma população reclusa bem abaixo da média nacional.

Em relação à faixa etária dos internos no estabelecimento prisional, há princípio era dos 18 aos 24 anos. Contudo, em decorrência da reincidência, que ainda encontra-se acentuada na atualidade, essa idade está em torno dos 24 aos 30 anos, ou seja, os integrantes da população carcerária não mudaram; retornam com idade mais avançada. Assim entende-se que a Casa de Detenção de Cacoal além de ter função de presídio com presos permanentes tem suas celas lotadas. Diante do exposto a realidade do estabelecimento prisional não atende a previsão da Lei de Execução Penal, conforme pode ser observado o artigo 85- O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade. Parágrafo único. Ressalta-se que também que O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária determinará o limite máximo de capacidade do estabelecimento, atendendo a sua natureza e peculiaridades (BRASIL, 1984).

Dê acordo com a pesquisa de campo realizada em prol desse trabalho científico foi constatado que o efetivo de profissionais laborando no estabelecimento prisional está num total de 85 agentes penitenciários, distribuídos em 05 equipes de 10 agentes masculinos e 02 femininos, somados aqueles que se encontram desenvolvendo atividades administrativas e, em função gratificada ou cargo comissionado.

Laboram na unidade prisional os seguintes profissionais: médicos, enfermeiros, assistentes sociais e odontólogos. Há também, o atendimento por psicólogo, mas em convênio com a iniciativa privada, apesar de ter agentes de segurança com a formação em psicologia.

Na chegada a unidade os presos são classificados, após entrevista com o diretor de segurança, os quais são questionados sobre a vida cotidiana, momento em que é observada a questão do cometimento de crimes sexuais, já que em decorrência da falta de estrutura física adequada e a não existência da comissão de classificação de apenados, é necessário um cuidado especial com relação à incolumidade física do indivíduo ao chegar na unidade prisional, já que esse tipo de delito, tem reação imediata por parte dos demais internos, comentou o entrevistado.

A pesquisa científica manifestar-se também que em relação aos benefícios da saída temporária e a progressão de regime no cumprimento da pena é possível observar que a autoridade judiciária enumera alguns requisitos que deverão ser

atendidos pelos apenados, os quais, em regra, estão o bom comportamento e o não cometimento de falta grave no prazo de 90 dias que antecedem a concessão do benefício.

A assistência educacional, compreendida como instrução escolar e formação profissional, tem caráter obrigatório para o ensino de 1º grau e ministrado objetivando a iniciação e aperfeiçoamento técnico do apenado, no que se refere à capacitação profissional. Por outro no estabelecimento a tal assistência é dificultada por que população carcerária não tem instrução suficiente para ingressar no ensino profissionalizante ou técnico.

Assim, a possibilidade de redução de pena, conforme a Lei 12.433 de 2011 que regulamentou a remissão pelo trabalho e o estudo da pessoa presa ficam cada vez mais remotos da realidade dos apenados. Pois na Casa de Detenção de Cacoal não há destaque de detentos com avanço nos estudos, visto que, a pesquisa mostra que a população carcerária da casa de detenção não possui instrução de nível médio ou técnico e de ensino superior, sendo que a restrição é do ensino fundamental.

A utilização da tornozeleira eletrônica é vista como um instrumento viável pela serventia para a reinserção social, pois o preso tem acesso ao convívio familiar e ao trabalho e não tem que retornar ao presídio. Este é um instrumento de controle dos presos do regime aberto de bom comportamento, sendo desnecessário visto que expõe a integridade moral do apenado.

O Plano Diretor do Sistema existem programas padrão de reinserção social a serem desenvolvidos em todas as unidades, inclusive na Casa de Detenção de Cacoal, mas a falta de infraestrutura na Casa de Detenção de Cacoal o que impossibilita a realização dos programas de ressocialização.

É sabido que a sociedade e a comunidade acadêmica do município de Cacoal possam ter ciência das condições sociais dentro da Casa de Detenção no estabelecimento local, assim como em outros estabelecimentos prisionais do Estado.

A compreensão da problemática do ambiente carcerário da Casa de Detenção de Cacoal foi permitida visualização por meio de fotografias, realizadas no estabelecimento prisional conforme segue:

Figura 01: parte superior do pavilhão do regime fechado



Fonte: Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

Figura 02: pavilhão do regime fechado



Fonte: Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

Pelo a foto percebe que o ambiente do detento fechado é insalubre exposto a ação de agentes poluentes.

Figura 04: quadra de esportes do pavilhão do regime fechado



Fonte: Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS

O Tempo do banho de sol do apenado restrito possuindo apenas um espaço para todos os detentos, em períodos alternados. Observa-se também que não há opção de lazer restrito apenas a uma quadra de esporte.

Figura 05: pavilhão do regime semiaberto



Fonte: Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS

Ambiente insalubre em meio à lama os detentos são obrigado a realiza suas atividades de lazer.

Figura 06: pavilhão feminino



Fonte: Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

3 A EXECUÇÃO PENAL

A Execução Penal é o direito do Estado de Punir, procurando efetivar o *jus puniendi*, por meio de sua força e poder a perseguir a pena, objetivando satisfazer de maneira sólida a sua pretensão punitiva por meio da imposição de uma pena ao condenado por um determinado delito e de convívio social, desta forma a punição não pode ultrapassar a previsão da legislação penal, assim mostrar-se Capez:

Pena é a sanção penal de caráter aflitivo, imposta pelo Estado, em execução de uma sentença, ao culpado pela prática de uma infração penal, consistente na restrição ou privação de um bem jurídico, cujas finalidades são aplicar a retribuição punitiva ao delinquente, promover a sua readaptação social e prevenir novas transgressões pela intimidação dirigida a coletividade (CAPEZ, 2007, p. 17).

Assim inicia de maneira imperativa a capacidade do Estado de executar o delinquente, amparado em uma sentença transitada em julgado, pronunciada mediante o devido processo legal, atribuindo uma sanção ao indivíduo que tenha empreendido um ato peculiar ilícito sendo a responsabilidade uma hipótese para a aplicação ou não da recriminação, pois suas excludentes não colocam fim a comportamento delitivo somente abduzem a pena, neste contexto temos a sanção penal quão espécie, do qual são condições a sanção e a medida de segurança.

Igualmente observa-se que é por medial da Execução Penal que o Estado interatua com o condenado procurando harmonizar a este, medidas assistenciais e de reabilitação com a finalidade de recuperá-lo, é nesta questão que a Criminologia abrange a sua essência em busca de uma sociedade harmônica, justa, estando que no Brasil o instrumento para tal é a Lei 7.210 (Lei de Execução Penal).

3.1 A LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Aos 11 de julho de 1984, foi instituída a Lei 7.210-Lei de Execução Penal, com o fim de o Estado proporcionar ao indivíduo que delinuiu sua reintegração à sociedade livre. O objetivo da execução penal é propiciar e harmonizar a integral condições do sentenciado retornar a sociedade assim, seus direitos não atingidos

pela sentença dever ser assegurados conforme texto legal (art. 1º, 3º da Lei de Execução Penal).

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. O art. 3º: Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei (BRASIL, 1984).

Esta Lei é avaliada como um dos melhores instrumentos legislativos mundiais em analogia à garantia dos direitos individuais do apenado, contudo boa parte dos instrumentos legislativos garantia da legislação brasileira, a aplicação da tanto glorificada lei em muito abandona a sua eficácia, seja por motivos de ordem material, ou seja, por deficiência de infraestrutura prisional atinada e competente voltada para a recuperação do indivíduo que cumpre penal ou aguarda julgamento preso sobre o controle estatal.

O fundamental intento da Lei de Execução Penal é efetivar-se a sentença ou decisão criminal, pois a pena é castigo, tem uma natureza de resposta, a sociedade por meio do Estado atribui a pessoa humana que infringiu a legislação penal.

Todavia, além do caráter satisfação a pena tem por fim proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado, pois ela igualmente possui natureza ressocializadora, sendo este seu principal objetivo e isto está definido no artigo 1º da Lei de Execução Penal, que de forma clara aduz o seguinte: *“A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.”* assim é o entendimento também expresso no seguinte julgado do STF:

A Lei de Execução Penal – LEP é de ser interpretada com os olhos postos em seu art. 1º. Artigo que institui a lógica da prevalência de mecanismos de reinclusão social (e não de exclusão do sujeito apenado) no exame dos direitos e deveres dos sentenciados. Isso para favorecer, sempre que possível, a redução de distância entre a população intramuros penitenciários e a comunidade extramuros. Essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (no caso, a LEP) é a que mais se aproxima da CF, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 1º). A reintegração social dos apenados é, justamente, pontual densificação de ambos os fundamentos constitucionais." (HC 99.652, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 3-11-2009, Primeira Turma, DJE de 4-12-2009) (STF,2009).

A Lei de Execução Penal em seu artigo 10º prevê que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, com o objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno do apenado a convivência social.

O artigo 11 do próprio escopo salienta que é devida pelo Estado ao sentenciado a assistência material por meio da alimentação, vestuário e instalações higiênicas condizentes com a pessoa humana; além da jurídica, educacional, social, religiosa e a saúde.

Equivale, portanto para alcançar estes objetivos, o Estado deve agir por meio de uma competente e imprescindível política universal de governo, que passa também pela interferência ativa de toda a coletividade, com o fim de acomodar uma vida honrada aos expelidos da sociedade com a finalidade de torná-los hábeis para o regresso a convivência em sociedade.

3.2 OS DIREITOS E DEVERES DO SENTENCIADO DURANTE O CUMPRIMENTO DA PENA

Com o *jus executions* surge para o Estado o direito de dar cumprimento a pena e para o executado nasce o dever de se contiver a ela, tais implicações são resultantes de uma condenação atribuída de acordo com os limites vitais previstos na Constituição em um Estado Democrático de Direito assim como é o Brasil.

Neste sentido a Execução Penal é distinguida por uma celeridade dotada de complexidade que no decorrer da sua atuação alude um contíguo de deveres e direitos envolvendo o Estado e o condenado, de tal sorte que, além das obrigações legais intrínsecos a sua particular circunstância, o condenado é submetido a um conjunto de normas, exato deveres durante o cumprimento da pena, que delimita seu caráter na presença o Estado, visando a sua recuperação para um retorno digno a sociedade da qual não se acha excluído, apenas encontra-se em uma situação distinguida em analogia a esta, logo que muito bem ressaltado por Mirabete:

O princípio inspirador do cumprimento das penas e medidas de segurança de privação de liberdade é a consideração de que o interno é *sujeito de direito* e não se acha excluído da sociedade, mas continua formando parte da mesma e, assim, nas relações jurídicas devem ser impostas ao condenado tão-somente aquelas limitações que correspondam à pena e à medida de segurança que lhe foram impostas. (MIRABETE, 2002, p. 110).

Ao mesmo tempo a estes deveres existe também uma série de direitos que não são observados por parte do Estado o que acaba afetando o sentido legal da execução da pena e ferindo a previsão legal a respeito, pois ao passar do tempo a pessoa que cumpre pena deixou de ser objeto do direito penal e passou a ser pessoa possuidora de direito e igualmente de obrigações em um sentido dilatado, idêntico certificado por Antônio José Miguel e Rosa:

Em outros tempos a mera condição de preso importava na perda de todos os direitos. O preso perdia todos os seus bens, sua família, toda e qualquer proteção da lei, e, como condenado, passava a não ter direito algum. Hoje o preso deixou de ser objeto do Direito Penal para ser pessoa do Direito, num sentido amplo. (ROSA, 1995, p. 83).

Na obra vigiar e punir narra uma verdadeira cena de crueldade humana, temperada com requintes de pantomima penal. Cita as diferenças de época e das formas de punição. Foucault faz o seguinte comentário acerca desses dois momentos da história de repressão de humanos delinquentes:

Apresentamos exemplo de suplício e de utilização do tempo. Eles não sancionam os mesmos crimes, não punem o mesmo gênero de delinquentes. Mas definem bem, cada um deles, um certo estilo penal. Menos de um século medeia entre ambos, (...) desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal (FOUCAULT, 2012, p. 9).

Observa-se que no passado era necessário, pois o povo precisava se assustar com as formas hediondas de punição, no futuro não tão distante foi transformado, porque de fato o que o povo carece não é de cenas chocantes de violência perpetradas pelo Estado, que careceria ser a mãe e o pai de todos os cidadãos, mas sim de uma instrução mais farta, mais justa, mais fraterna e mais reiterada.

Em afinidade à pena, a Constituição Federal de 1988, auge da legislação brasileira, não se dispôs de forma expressa; todavia em seu corpo vários dispositivos abordam as garantias fundamentais do cidadão enquanto confie a custódia estatal: segundo Sidnei Agostinho Beneti:

A Execução Penal deve respeitar os direitos fundamentais que, em decorrência da Constituição Federal, são assegurados aos presos. Nesse rol há direitos dos presos e direitos comuns dos cidadãos, com os quais também os presos se protegem que dizer, direitos não próprios dos presos,

mas que o amparam, em decorrência da enumeração básica do art. 5º da Constituição Federal. (BENETI, 1996, p. 59).

De tal modo observa-se que quando no cumprimento da pena o punido é certificado de assistência, em virtude de reflexos motivados na dignidade da pessoa humana, corolário dos limites garantidores da liberdade individual constante do texto Constitucional e de Tratados Internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil, e protegidos no parágrafo 2º do art. 5º, da Constituição Federal, que possuem até mesmo hierárquica constitucional segundo dispõe o parágrafo 3º do art. 5º, da própria Carta Constitucional, conforme expressamente se expõe: *"Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais"*.

Neste sentido observa-se posicionamento do STF:

(...) após o advento da EC 45/2004, consoante redação dada ao § 3º do art. 5º da CF, passou-se a atribuir às convenções internacionais sobre direitos humanos hierarquia constitucional (...). Desse modo, a Corte deve evoluir do entendimento então prevalecente (...) para reconhecer a hierarquia constitucional da Convenção. (...) Se bem é verdade que existe uma garantia ao duplo grau de jurisdição, por força do pacto de São José, também é fato que tal garantia não é absoluta e encontra exceções na própria Carta." (AI 601.832-AgR, voto do Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 17-3-2009, Segunda Turma, DJE de 3-4-2009) **Vide:** RE 466.343, Rel. Min. Cezar Peluso, voto do Min. Gilmar Mendes, julgamento em 3-12-2008, Plenário, DJE de 5-6-2009 (STF, 2009).

Neste contexto a execução da pena privativa de liberdade deve ter por base o princípio da humanidade, sendo que qualquer modalidade de punição desnecessária, cruel ou degradante será de natureza desumana e totalmente contrária ao princípio da legalidade, pois tanto a Constituição Federal como a Lei de Execução Penal prevê em diversos direitos aos sentenciados durante o cumprimento da pena.

Assim com facilidade a entende que a função possível da pena privativa de liberdade dentro de um regime democrático é o de o Estado acomoda o indivíduo que delinuiu sua reintegração à sociedade livre.

Todavia, observa-se é uma devotada transgressão dos direitos e a absoluta inobservância das garantias legais previstas na execução das penas privativas de liberdade, por isso a realidade atual a partir do andamento em que o preso passa à

tutela do Estado ele não está submergindo somente o seu direito de liberdade, mas também todos os outros direitos fundamentais que não foram atingidos pela sentença, advindo a ter um tratamento abominável e a suportar os mais variantes tipos de punições que ocasionam a deterioração de sua individualidade desvirtuando-se a perda de sua decência, num processo de oferecer quaisquer condições de organizar o seu regresso benéfico à sociedade, neste ângulo infeliz, a Lei de Execução Penal se torna inócua; sendo uma ingênua "carta de intenções" alentada de idealismo normativo, mas com implicações práticas ineficazes.

O Capítulo II da Lei de Execução Penal versa sobre a assistência ao preso, sendo que o artigo 12 faz previsão da assistência material que envolve o provimento de subsídios essenciais à supervivência honrada, que são a alimentação, as vestes e acomodações higiênicas.

A alimentação deve ser fornecida conforme as necessidades básicas humanas, os vestuários devem ser uniformizados com a finalidade de impedir a discriminação em meio aos presos, que por sua vez não terem condições de prove-lo de forma acomodada de acordo com as condições climáticas do ambiente, constituindo assim a boa alimentação e o adequado vestuário, devem ser prestados em conjunto com as condições básicas de higiene, para que haja um ambiente sadio e digno do indivíduo, não obstante acontece conforme exibir-se Tércio Lins e Silva:

O Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, com 563.526 presos e um déficit 206.307 vagas. Com esse cenário desalentador, desnecessário dizer que a esmagadora maioria dos presos não recebe dos estados auxílio material de que necessita: alimentação de qualidade, vestuário em quantidade razoável (em geral recebe um munda de roupa no momento do ingresso no Sistema), produtos de higiene pessoal (escova e pasta de dente, xampu e sabonete são itens de luxo nas unidades, geralmente fornecidos pelos parentes dos detentos), absorventes íntimos para as presas, roupas de cama etc. (SILVA, 2015, p. 32).

Assim entende-se que não obstante, de regra a alimentação é inadequada, pois os alimentos são insuficientes e mal preparados, as vestes não atendem as precisões ambientais, a higiene é precária sendo necessário que a família dos apenados forneçam produtos higiênicos, mesmo assim os detentos convivem em celas com odores onde o ambiente físico é na maior parte das vezes, precário, superlotado e sem condições de sobrevivência, haja vista, tratar-se de instalações insalubres sem a mínima condição de habitação; neste sentido se posiciona Mirabete:

A assistência material, segundo a lei, consiste no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas aos presos e internados. Um dos direitos do preso, aliás, é a alimentação suficiente e vestuário, que corre a cargo do Estado (art. 41, I, da LEP), ainda que se permita às vezes o envio de pacotes de comida do exterior, principalmente em ocasiões especiais ou nos dias reservados às visitas. (MIRABETE, 2002, p. 64).

Quanto à assistência a saúde prevista no artigo 14 é saliente que na Casa de Detenção o atendimento médico não é suficiente para suprir as necessidades da população carcerária, tanto no que diz respeito a profissionais efetivamente comprometidos, quanto à infraestrutura para atendimento dos detentos, a falta de remédios imprescindíveis ao atendimento mínimo emergencial.

A adequada assistência jurídica é de evidente importância para a população carcerária. Nos casos em que há ação penal em andamento, o advogado poderá interferir diretamente no andamento do processo e contribuir para uma sentença absolutória e, em havendo sentença condenatória, poderá propor e encaminhar devidamente a apelação. Na hipótese de sentença transitada em julgado, o advogado representa uma proteção importante na fase da execução das penas privativas de liberdade (MIRABETE, 2002, p. 70).

Segundo estabelece o artigo 205 da Constituição Federal, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, e o art. 208, § 1º, da Carta Magna motiva que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. Em acordo com os institutos constitucionais, a Lei de Execução Penal garante ao detento o acesso à educação, dispondo no artigo 17 da Lei de Execução Penal que a assistência educacional envolverá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

De tal modo à assistência educacional o artigo 17 diz que esta incluirá a instrução escolar e a formação profissional, consiste em que o artigo 18 assevera que a educação de primeiro grau é obrigatória, contendo o cenário que a grande maioria dos apenados não tem tal nível de instrução fundamental e muitos destes são ponderados analfabetos funcionais. Justifica-se tal previsão porque a todos tem-se a conhecimento que a educação é um dos meios mais eficazes de promover desenvolvimento pessoal e social, destarte, a realidade é outra, visto que, tal assistência é tão-somente formal, trata-se de um direito que não é efetivamente

seguro, neste quesito mais uma vez as autoridades se excluem e os apenados acabam no ócio do cárcere sem a ínfima probabilidade de desenvolvimento.

A assistência educacional deve ser uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também àquele que está preso, constituindo-se, neste caso, em um elemento do tratamento penitenciário como meio para reinserção social. Dispõe, aliás, a Constituição Federal que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205)... (MIRABETE, 2002, p. 73).

Considera-se que assistência social prevista no artigo 22 da Lei de Execução Penal também deve ser mais efetiva de tal modo que o prepara detento a para o retorno a liberdade, as saídas temporárias não são controladas, muitos detentos aproveitam tais oportunidades para cometer delitos e outros para não mais retornarem a prisão, está assistência deveria ser uma ligação do apenado com o meio exterior preparando de forma efetiva e paulatina o seu retorno ao social até mesmo com a ciência da família e convívio com a sociedade.

Dentro da concepção penitenciária moderna, corresponde ao Serviço Social uma das tarefas mais importantes dentro do processo de reinserção social do condenado ou internado, pois o assistente social compete acompanhar o delinquente durante todo o período de recolhimento, investigar sua vida com vistas na redação dos relatórios sobre os problemas do preso, promover a orientação do assistido na fase final do cumprimento da pena etc., tudo para colaborar e consolidar os vínculos familiares e auxiliar na resolução dos problemas que dificultam a reafirmação do liberado ou egresso em sua própria identidade. (MIRABETE, 2002, p. 78).

A assistência religiosa far-se-á mediante permissão de participação, não obrigatória, do detento em cultos religiosos promovidos no estabelecimento penal previsto no artigo 24 da Lei de Execução Penal está relacionada no sentido de adequar ao apenado o exercício da livre manifestação de seu culto religioso; já que a religião traz forte extensão para a ressocialização; no cenário prisional percebe-se a inexistência de espaços apropriados para revelação religiosa bem como a existência de preconceitos de quaisquer instituições em prestar tal ofício, por vezes por deslustrarem na recuperação do apenado; contudo mesmo assim ela é oferecida por meio de trabalho de alguns voluntários das mais variadas igrejas que se propõem a oferecê-la, satisfazendo tão-somente, a autorização para entrar as unidades prisionais, ressalta-se que ela não depende de verbas dos governos

federais, estaduais ou municipais para que possa ser conseguida, nem está prendida a complicação dos órgãos administrativos, por isso alguma evento advém.

A assistência religiosa dos presos e internados, conforme a regulamentação local pode estar a cargo de um corpo de capelães, de sacerdotes ou párocos das diversas religiões, e os internos devem ser atendidos pelos ministros da religião que professem. O serviço de assistência deve compreender todas as atividades que sejam necessárias para o adequado desenvolvimento religioso da pessoa, permitindo-se, portanto, a celebração de missas, a realização de cultos, a promoção de atividades piedosas, como a leitura da Bíblia ou de outros livros sagrados, os cânticos, as orações etc. Não basta, porém, que se permitam essas atividades religiosas, sendo preciso que o capelão esteja sempre presente para escutar os presos que o procuram e dizer-lhes a palavra de que necessitam, para guiá-los, aconselhá-los ou censurá-los. (MIRABETE, 2002, p. 83).

No Capítulo IV a Lei de Execução Penal, faz a previsão dos Deveres, dos Direitos e da Disciplina do condenado, a Seção I deste capítulo acerca-se os deveres que estão dispostos nos artigos 38 e 39.

O artigo 38 dispõe que impende ao condenado, além das obrigações legais intrínsecas a sua condição, a obediência às normas de execução da pena. O artigo 39 em seus dez incisos acerca-se de feito clara os deveres do condenado, que assim dispõe:

I - comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença; II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se; III - urbanidade e respeito no trato com os demais condenados; IV - conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina; V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas; VI - submissão à sanção disciplinar imposta; VII - indenização à vítima ou aos seus sucessores; VIII - indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho; IX - higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento; X - conservação dos objetos de uso pessoal.

A Seção II do mesmo Capítulo aborda de forma decisiva os direitos do condenado, sendo que o artigo 40 atribui a todas as autoridades o acatamento à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios, sendo que os artigos 41, 42 e 43 da Lei de Execução Penal apresentam de caráter não extenuante todos esses direitos.

O art. 41 da Lei de Execução Penal prevê que são direitos do preso:
I - alimentação suficiente e vestuário; II - atribuição de trabalho e sua remuneração; III - previdência social; IV - constituição de pecúlio; V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a

recreação; VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado; X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; XI - chamamento nominal; XII - igualdade de tratamento, salvo quanto às exigências da individualização da pena; XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento; XIV - representação e petição a qualquer autoridade em defesa de direito; XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes; XVI – atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.

O parágrafo único apregoa que os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou limitados mediante ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, perante de tal cautela observa-se que os presos necessitam cumprir seus deveres para que os seus direitos não sejam restringidos.

Em presença de tais previsões observa-se prontamente que o Estado não obtém cumprir em plenitude todas as deliberações legais, desprezando o inteiramente o sistema prisional, desta forma entende-se que os apenados da Casa de Detenção de Cacoal estão tendo seus direitos afetados pela sentença não respeitando o princípio da individualização da pena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma Constituição Federal de 1988 prevê expressamente que serão preservados os direitos da pessoa condenada não alcançados pela sentença, ou seja, o respeito à dignidade humana e o tratamento igualitário.

O presente trabalho acadêmico tratou das disposições da Constituição Federal de 1988, da Legislação Infraconstitucional, das decisões jurisprudenciais e doutrinárias sobre a preservação dos direitos dos apenados que não foram alcançados pela condenação em cumprimento de pena na Casa de Detenção do município de Cacoal-RO, deixando ter eficácia.

Outro ponto observado foi à aplicação da Lei de Execução Penal abrangendo a preservação dos direitos humanos e a participação do Ministério Público na garantia dos direitos constitucionais inerentes à pessoa.

A pesquisa científica conteve apoio nos procedimentos de técnica de pesquisa bibliográfica através de referenciais teóricos publicados e a pesquisa de campo foi por meio de entrevista com abordagem qualitativa e estatística, com análise de todos os dados coletados sobre a estrutura física, organizacional e institucional da Casa de Detenção do município de Cacoal-RO.

Foi tratada a origem das penas que foram divididas em três fases, chamadas de a vingança privada, a vingança divina e a vingança pública. A primeira é uma reação familiar ao indivíduo ou familiares que cometeu o delito, a segunda o infrator é punido pelo sacerdote conforme as leis divinas, a fim de purificar a alma e a terceira, apesar da existência das duas primeiras, ou seja, da punição privada e da divina, a penalização pelo delito passou a ser do Estado, foi abordada a questão dos períodos humanitário e criminológico. Este faz um estudo entre o delinquente e a

causa do delito e aquele um estudo racional da pena mostrando a necessidade de modificações e reforma do direito penal repressivo.

Foi realizado um estudo histórico sobre o sistema prisional desde o período da Idade Média e a sua confrontação com a formação da sociedade, chegando à aplicação da pena privativa de liberdade. Denota-se a dosagem da pena e o delito e a evolução do Sistema Penitenciário brasileiro, abrangendo a atualização da Lei de Execução Penal e a previsão Constitucional sobre proteção dos direitos humanos àqueles que estão submetidos à tutela estatal.

Desta forma, abordou-se o funcionamento da Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO, demonstrando a estrutura física, os regimes trabalhados e o atendimento a Lei de Execução Penal e a Constituição Federal de 1988, inclusive como embasamento ao tema principal deste trabalho científico que é a preservação dos direitos dos apenados, não alcançados pela sentença penal.

De tal modo conceituou-se a execução penal, onde se definiu que o Estado procurou-se efetivar o *jus puniendi*, como forma de satisfazer a sua pretensão punitiva, ou seja, cumprindo os objetivos da pena que é a reintegração do indivíduo à sociedade, conforme prevê a Lei de Execução Penal.

Diante do observado percebe-se que a sociedade habitua-se em um mórbido contrassenso, em presença de uma realidade desumana, existe a certeza que a tendência é agravante, pois não se concebe na remota possibilidade uma solução para esta realidade de ansiedade, sobretudo no aspecto da recuperação do condenado com sua volta benévola ao convívio social.

Todavia devido à falta de estrutura física e humana e motivação política entende-se que os direitos do apenado não atingidos pela sentença, estão sendo violados denotando-se assim que a previsão da Lei de Execução Penal (LEP) deixa de ter sua eficácia.

Assim o sistema prisional se prestará ao sem fim e o cárcere deixará de ser local degradante, estabelecimentos do crime e incidirá a garantir amparo ao sentenciado que cumpre pena objetivando prevenir o crime e nortear o regresso à convívio social, neste discernimento o Estado não pode abnegar-se, pois é evidente que, pelo fato do crime versar-se de um fato social, o aumento da criminalidade é reflexo da circunstância social do país.

Diante do exposto, não se pretendendo esgotar o assunto, com a visão de que os direitos dos apenados que não foram restringidos pela condenação devem

ser preservados e protegidos, reforça-se a ideia de que é necessário um esforço mútuo do Poder Público e da Sociedade na concretização desse objetivo.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugênio Raúl, SLOKAR, Alejandro, ALAGIA, Alejandro. **Direito penal brasileiro**, I e II volume. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Trad. Alexi Augusto Couto Brito. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- BENETI, Sidnei Agostinho. **Execução penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. Código Penal (1940). **Decreto-lei 2848/40**. Rio de Janeiro, RJ, 7 de dezembro 1940.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.
- _____. Decreto nº 592(1992). **Pacto internacional sobre os direitos civis e políticos do homem**.
- _____. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. *In: Vade mecum compacto Saraiva*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- _____. Secretaria nacional de justiça. **Departamento penitenciário nacional**. <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticasprisional/relatorios-estatisticos-analiticos-do-sistema>>. Acesso em: 18 de mar de 2015.
- CAPEZ, Fernando. **Direito penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CARLETTI, Amilcare. **Brocardos jurídicos**. São Paulo: Universitária de Direito, 1986.
- DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Função social da dogmática jurídica**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FRANÇA, Junior. **Nosso ineficiente sistema carcerário: o que nos falta para mudar?** Revista Consulex, ano XIX, n.432, p.28, jan. 2015.

GOMES, Luiz Flávio. Direito Penal do Inimigo (ou inimigos do Direito Penal). In: **Revista Jurídica Unicoc**. Ribeirão Preto: Ano II, nº. 2, 2005. <http://unisinos.br/blogs/ndh/2013/07/29/o-direito-penal-do-inimigo/#sthash.F3y4jHuR.dpuf>.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MIRABETE, Julio Fabiani. **Execução penal**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NORONHA, E. Magalhães. **Direito penal**. Volume 1. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

NUNES, Adeildo. **A realidade das prisões brasileiras**. 1. ed. Recife: Nossa Livraria, 2005.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. Trad. de Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ROSA, Antonio José Miguel Feu. **Direito penal: parte geral**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1995.

RONDÔNIA. **Secretaria de Estado da Justiça**. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/sejus/>>. Acesso em: 24 de mar de 2015 e 09 de abr. de 2015.

REALE, Miguel, 190-2006. **Introdução à filosofia**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, Tércio Lins e. **A reforma da lei de execução penal 30 anos depois**: Revista Consulex, ano XIX, n.432, p.28, jan. 2015.

TORRENS, Laertes de Macedo. **Estudo sobre execução penal**. São Paulo: Soge, 2000.

VIEIRA, Liliane dos Santos. **Pesquisa em monografia jurídica na era da informática**. 3. Ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2007.

WOLKMER, Antônio Carlos (org). **Fundamentos de história do direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES- CACOAL/RO
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO
Curso de Direito Vespertino
Período 2010/2 a 2015/1

GILSON DIVINO ARAÚJO DA SILVA

Bom dia/ tarde. Meu nome é **Gilson Divino Araújo da Silva** estou realizando uma pesquisa acadêmica de graduação no curso de Direito, cujo tema é “**A PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS NÃO ALCANÇADOS PELA SENTENÇA DOS APENADOS DA CASA DE DETENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO**”, através da Fundação Universidade Federal de Rondônia, *campus* Francisco Gonçalves Quiles. Sua participação é muito importante para o êxito do trabalho. Por sua colaboração especial, antecipo meus sinceros agradecimentos.

PERGUNTAS/RESPOSTAS:

1. Qual é o tempo de funcionamento do Estabelecimento Prisional?

Oficialmente 16 anos, a princípio era só fechado está subordinado a Secretaria de Estado da Justiça.

2. Porque a classificação do estabelecimento como Casa de Detenção?

A classificação existe é que existe é presídio, casa de detenção, casa albergue e penitenciária. Cada uma de acordo com o delito. Provisório, sem condenação, aguardando julgamento, condenados e semiaberto.

3. Quais são os requisitos de escolha para os cargos de direção dos estabelecimentos prisionais? Qual é a formação cultural exigida para ser um diretor de presídio? Há previsão na Lei de Execução Penal do cargo de diretor prisional? Qual?

O critério previsto na LEP Lei de Execução Penal e MASP. Para ser diretor da Casa de Detenção é preciso ter formação acadêmica Bacharel em Direito, ter conhecimento penitenciário, ter bom relacionamento, experiência e capacidade.

4. Qual é a jornada de trabalho do servidor que atua no estabelecimento prisional?

A jornada de trabalho é o regime de plantão de 24 horas de serviço por 96 de descanso e administrativo é o expediente.

5. Qual é o efetivo de profissionais por plantão que laboram na Unidade?

São 85 servidores sendo 12 por plantão sendo 10 homens e duas mulheres em 05 equipes.

6. Há médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e bacharel em direito laborando no estabelecimento?

O sistema conta com médicos, enfermeiros, técnicos e dentistas, mas, não tem gabinete odontológico, é precária a infraestrutura. Há também acompanhamento de psicólogo em parceria com a Faculdade de Ciências Médicas Facimed.

7. Quais são os tipos penais com maior incidência junto à população carcerária da Unidade?

Art. 155, 157 do Código Penal, são chamados de furto famélico para drogas.

8. É realizado o processo de classificação criminal por penal para estabelecer a cela?

É por entrevista e os por crime sexual.

É feito requerimento a ACEP uma vez por ano.

9. A autoridade judiciária visita regularmente à unidade prisional?

Mensalmente. São analisados os relatórios enviados pelo diretor da Casa de Detenção de Cacoal-RO

10. Quais são as formas de atendimento aos familiares dos apenados na unidade?

A unidade prisional não comporta atendimento fora da unidade. O acompanhamento é feito pelo assistente social.

11. Há monitoramento do cumprimento de pena com a finalidade de ressocialização? Quais são as formas de monitoramento do apenado?

O monitoramento é feito por meio de registro de ocorrência diária. São classificadas como falta leve, falta média e falta grave. As sanções são variadas de acordo com a gravidade da falta.

12. A autoridade judiciária da comarca tem assistido as reivindicações da autoridade administrativa quanto à progressão de regime dos apenados da unidade?

A maior parte sim, o poder judiciário é muito parceiro através da associação dos presos.

13. O membro do Parquet tem visitado o presídio regularmente? Tem encontrado alguma irregularidade no sistema prisional? Qual?

Mensal. O Ministério Público deixa muito a desejar quanto a participação nas questões da Casa de Detenção de Cacoal.

14. Qual é a participação da Defensoria Pública na assistência aos presos da unidade?

A participação da Defensoria Pública é falha. As visitas são acima de 15 dias. As audiências são avaliadas pelo PAD. Processo administrativo disciplinar com a Defensoria Pública.

15. O apenado do regime semiaberto fica em cela separa dos apenados?

Sim. Os apenados do regime semiaberto tem um pavilhão separado do regime fechado.

16. Que tipo de apoio social, jurídico e educacional é dispensado aos apenados que iniciaram o cumprimento da pena no regime aberto?

Não há acompanhamento de apoio social e jurídico dispensado aos apenados no regime semiaberto, esse acompanhamento ocorre só no albergue.

17. A motivação de atividades com fins ressocializadoras tem participação e conhecimento da Autoridade Judiciária e Membro do Ministério Público?

É feito por meio da APAC Associação de Proteção ao Apenado de Cacoal.

18. Á participação da comunidade e classe empresarial quanto ao apoio e disponibilidade de trabalho ao preso da unidade que obteve as condições para tal benefício?

Não existe. O que existe é o Conselho de Segurança, mais, infelizmente não é atuante.

9. Quais são os tipos de sanção utilizada para controlar as possíveis alterações do condenado? São legais as sanções aplicadas?

Na unidade não há cela escura. É feita Individual a partir da identificação do condenado que tem conduta além dos limites previsto na Lei de Execução Penal.

20. Quantos presos comportam a cela?

As selas para o regime fechado foi projetada para 9 detentos mais atualmente tem 20 detentos por cela. Isto demonstra um déficit no sistema carcerário.

21. Há pessoas na cela acima do permitido pela legislação?

Sim, pois, a infraestrutura não comporta apenas o que está previsto na Lei de Execução Pena.

22. A higienização da cadeia é precária?

A higienização é feita pelos detentos com materiais de limpeza oferecidos pelos familiares.

23. Nesse estabelecimento prisional é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral?

Sim. Mas pelas regras estabelecidas entre os detentos.

24. Há registro de ocorrência de agressões de apenados ao carcerário?

Somente verbal.

25. Qual é o nível educacional da maior parte da população carcerária?

A maior parte da população carcerária e de Nível fundamental.

26. Os direitos do apenado são respeitados na íntegra?

Não. A infraestrutura não proporciona.

27. Quais são os direitos do apenado passíveis a ser violados?

Sim. Os da dignidade humana.

28. No presídio há uma orientação aos apenados sobre os seus direitos?

Sim. Entrevista com o diretor de segurança: sobre os direitos e a obrigado.

29 Qual é a população carcerária da unidade atual?

290 detentos.

30. Quais são os regimes de cumprimento de pena? Quantos apenados são por regime?

São 108 condenados no regime fechado, 56 no regime semiaberto, 18 feminino sendo que 11 destas são condenadas, 6 provisória e 1 no semiaberto. O total de presos são 108.

31. Quais são os dias de visitas dos familiares?

Todas as quintas feiras das 08:30hs as 16:00hs, são permitidas a visita somente da família cadastradas.

32. Qual é a faixa etária predominante dos internos na unidade?

Anteriormente eram na faixa etária de dos 18 a 24 anos na atualidade a média é de 24 anos a 30 anos de idade. Isto demonstra que a unidade não esta consegue ressocializar os detentos, pois a maioria destes é reincidente.

33. Qual é o critério de classificação no recebimento de apenados? Idade, delito, reincidência?

Como que a Casa de Detenção não tem estrutura, só classifica por crime sexual. Não tem como seguir o que determina a LEP. Percebe uma ineficácia pela falta de infraestrutura.

34. Há um procedimento padrão no recebimento do preso? Ele é recolhido junto aos demais de imediato ou há um espaço para a adaptação?

Quando o acusado chega, ele é encaminhado para a triagem para avaliar se vai ter problema com algum setor da Casa de Detenção.

35. Há trabalho externo? Quantos apenados estão trabalhando extramuros?

Somente os reeducando, quando surge a oportunidade a partir de então são encaminhados para Casa de Albergue.

36 Quanto às saídas temporárias. Os requisitos legais são atendidos?

O juízo da vara de execução baixou um apontaria para o benefício que consta os requisitos: presos que não cometeu falta nos últimos 90 dias e que esta em regime semiaberto no mínimo dias e tem bom comportamento.

37. Quais são as atividades desenvolvidas com a finalidade de reinserção social na unidade prisional? Quantos internos são atendidos? Há participação da sociedade? Do agente penitenciário? Do psicólogo? Do assistente social?

Os cursos são de cabeleireiro, padeiro pizzaiolo, artesanato e costura. As oficinas são realizadas em parcerias com o Senai, Senac e com a Prefeitura por meio da secretaria de planejamentos e Departamento Estadual de Obras (DEOSP). Os cursos foram realizados com aproximadamente com 40 detentos de bom comportamento e interesse. Esses cursos valem com redução de pena do detento.

38. A Secretaria de Estado da Justiça administradora do Sistema Penitenciário do Estado tem desenvolvido com a unidade, atividades ressocializadoras?

A secretaria de Estado da Justiça não colabora com as atividades de ressocializadoras na Casa de Detenção de Cacoal.

39. Pela classificação dos delitos na unidade. Qual é o nível de risco do estabelecimento?

Não há crime de grande comoção social, só crime comum, a classificação do nível de periculosidade é baixo.

40. Qual é o déficit de vagas da unidade?

A unidade foi projetada para 72 vagas no regime fechado e 96 no regime semiaberto sendo 20 feminino. O déficit é para o regime fechado. A falha é do Ministério Público. Atualmente te 240 detentos no regime fechado é do conhecimento da juízo.

41. No momento atual há necessidade da construção de uma penitenciária no município? Por quê?

Sim. Porque não tem espaço físico para ampliação. O sistema é falho há uma necessidade urgente de construir um presídio.

42. Está sendo disponibilizado o uso da pulseira eletrônica? O resultado tem sido satisfatório? Quais são os apenados beneficiados?

O resultado é de 70% positivo só a previsão é para o preso que estão com prisão domiciliar, ou semiaberto com benefício de trabalho externo.

43. Estão sendo desenvolvidas atividades ressocializadoras com os apenados do regime fechado? Quais?

Além dos demais citadas há vagas para estudos especialmente no ensino médio.

44. Os agentes penitenciários são submetidos a cursos de reciclagem? Têm nível superior? Qual o curso predominante?

Rara as vezes, nos últimos 5 anos foram realizada apenas uma . A maior dos agentes penitenciário possui formação acadêmica de nível superior tais como em psicologia, direito ou estão cursando uma faculdade em diversas áreas acadêmicas.

45. A direção da Casa de Detenção cumpre a legislação vigente? A Lei de Execução Penal é observada? Os direitos dos apenados são respeitados de acordo com a Constituição Federal?

A Lei é observada dentro do possível, mas, a falta de infraestrutura dificulta a aplicação da Lei de Execução Penal (LEP) e do Manual de Administração Penitenciária (MASP).